

MOUROS E LUSITANOS: BÁRBAROS E BARBÁRIE EM MÁRIO DE CARVALHO

Doutoranda. Carla Carvalho Alves (USP)

PALAVRAS-CHAVE: Máro de Carvalho, civilização, barbárie

O romance de Mário de Carvalho, *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*, publicado em 1994, retoma o passado português sob a dominação romana, através de um recorte da região da Lusitânia de onde emerge a ambientação ficcional da obra: a cidade de Tarcisis. O período histórico aí retratado, segundo século da Era Cristã, apresenta, a partir de uma perspectiva arguta presente à elaboração narrativa, uma amostragem interessante de padrões políticos, religiosos, filosóficos e sociais. A imbricação entre paganismo greco-romano, cristianismo, tragicidade e estoicismo, coloca em pauta complexas dicotomias como: o homem e a ordem, *nómos* (lei) e *physis* (natureza), civilização e barbárie.

Interessa-nos, neste trabalho, o último par, aparentemente antitético, mas sobre o qual tentaremos demonstrar a existência de uma relação associativa e inclusiva. Ou seja, o que normalmente é entendido como uma bipolaridade, civilização e barbárie, parece-nos apresentar-se em *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde* como uma situação de interdependência: a barbárie como intrínseca e necessária ao processo civilizatório romano.

Marilena Chaui já prevê esta conjugação corroborativa entre os termos, ao analisar a tese de número sete de *Sobre o conceito de história*, de Walter Benjamin, na qual se apresenta a famosa frase do filósofo alemão: “Nunca houve um monumento da cultura que também não fosse um monumento da barbárie” (BENJAMIN apud CHAUI, 2004, p.150). Nota-se, aqui, como a barbárie está inserida no âmago da civilização, sendo até mesmo a matéria-prima de sua consolidação, conforme ressalta Chaui:

[...] situar a barbárie no interior da cultura ou da civilização, recusando a dicotomia tradicional, que localiza a barbárie no outro e o situa no exterior. Pelo contrário, a tese de Benjamin coloca a barbárie não só como avesso necessário da civilização, mas como pressuposto dela, como aquilo que a civilização engendra ao produzir-se a si mesma como cultura. O bárbaro não está no exterior, mas é interno ao movimento de criação e transmissão da cultura (...) (CHAUI, 2004, p.150)

Mas, não apenas a relação entre civilização e barbárie nos parece problemática, como a própria conceituação destes termos que vem sendo modificada constantemente ao longo da história, de acordo com as diversas perspectivas culturais através das quais essas significações são elaboradas. Adauto Novaes (NOVAES, 2004), referindo-se ao ensaio de Francis Wolf, “Quem é o bárbaro?” (WOLFF, 2004), chama atenção para duas diferentes considerações, relativas à definição de civilização e barbárie. A primeira seria aquela proveniente da antiguidade grega, que considerava bárbaros os povos que não falassem grego, o que hoje poderia ser percebido na dicotomia simplista, nós e os outros: nós, ocidentais, cristãos, democráticos; e os outros, aqueles que, devido ao sistema político, ao primitivismo cultural, à crença religiosa, representam a diferença, o exótico, o incompreensível. A segunda maneira para se lidar com as dificuldades dessa definição seria a completa relativização dos conceitos, aceitando-se, portanto, que não haveria possibilidade de se determinar, com isenção de julgamento, quais seriam os costumes bárbaros e quais seriam civilizados. Eliminando-se, assim, os julgamentos de valor, os povos poderiam ser considerados todos igualmente civilizados. Como consequência negativa da posição relativista, Novaes considera a aceitação de costumes como: escravidão, colonialismo e

imperialismo. Francis Wolf demonstrando, então, os equívocos da definição maniqueísta de civilização e barbárie, e, também, da relativização entre esses termos, aponta para uma terceira possibilidade de se concebê-los:

Chamaremos de bárbara toda cultura que não disponha, em seu próprio cerne, de estruturas que lhe permitam admitir, assimilar ou reconhecer outra cultura – ou seja, a simples possibilidade de outra forma de humanidade. Também chamaremos de bárbaro, conseqüentemente, todo costume ou toda prática que, qualquer que seja a cultura específica a que pertença, tem como finalidade ou efeito negar uma forma específica de existência humana. (WOLFF, 2004, p.41)

A apresentação da problemática da barbárie e sua relação com a civilização, expostos aqui de forma bastante incipiente, visa apenas chamar a atenção para a complexidade do assunto e ressaltar, também, o retorno - e discussão - do elemento bárbaro no mundo contemporâneo. Pode-se perceber agora, com mais clareza, a significância desse tema abordado em *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*, pois apresenta-se nesse romance, através da atualidade de sua enunciação, 1994, uma revisão da perspectiva bárbara constitutiva do passado lusitano.

A narrativa conduzida pelo protagonista, Lúcio Valério Quíncio, contempla, entre outros fatos, um cerco mouro à região da Lusitânia. Mas, se podemos acompanhar, ao longo do romance, uma interessante discussão relativa à identificação do mouro como bárbaro, devido a divergência entre sua (falta de) cultura e a cultura romana, da qual faz parte o narrador, há, ainda, uma outra questão menos explícita que acaba, também, sendo sugerida no enunciado da obra: a similaridade existente entre as práticas romanas e os rituais bárbaros. Em diversos momentos, a trama conduz a reflexões sobre uma “cultura bárbara” amplamente difundida e aceita no Império Romano, em suas arenas de gladiadores, no sacrifício dos condenados jogados aos cães, enfim, nos espetáculos sangrentos que entretinham o povo.

Pode-se entender que, para os concidadãos de Lúcio, a atribuição da barbárie aos invasores mouros origina-se dos parâmetros civilizacionais atribuídos a romanidade, os quais reduzem a diversidade dos povos não romanos a uma massa uniforme, considerada apenas pela sua diferença em relação ao Império. As palavras do magistrado Proserpino, conterrâneo de Lúcio, sobre os mouros que invadiram Tarcisis, torna bastante evidente essa percepção do bárbaro como “o outro”, ou todo aquele que não pertence ao Império Romano. Ele diz: “Tudo a mesma gente: púnicos, mouros... Farinha do mesmo saco. O lado errado do Marenostrum.” (CARVALHO, 1997, p.23). Percebe-se a adequação do conceito de barbárie cunhado por Wolf, a partir da impossibilidade de reconhecimento ou assimilação de outras culturas, a esse pronunciamento de Proserpino que, de certa forma, traduz a perspectiva geral dos habitantes de Tarcisis em relação aos povos invasores.

Lúcio, por outro lado, ao insinuar, em sua narrativa, a presença da barbárie localizada no interior da civilização romana, não o faz seguindo o viés da alteridade, mas considerando, especificamente, as práticas violentas exibidas de forma espetacular para um público completamente embevecido. No diálogo entre Lúcio e o imperador Marco Aurélio, o protagonista confessa a sua repugnância e incompreensão frente à carnificina praticada nas arenas de gladiadores, mas o imperador admitindo que isso possa ser, de fato, considerado uma prática sacrificial humana, ressalta que, ainda assim, justifica-se como algo necessário para aplacar a ira do povo. O seguinte excerto apresenta o pronunciamento de Marco Aurélio dirigido a Lúcio, em que fica patente a defesa de uma “espetacularização da barbárie” para que se possa controlar a violência inerente à própria condição humana:

Olha que é falso que nós, Romanos, tenhamos acabado com os sacrifícios humanos. Apenas alteramos os procedimentos. O que proibimos aos povos submetidos são as suas formalidades peculiares de matar. E consideramo-los romanizados e felizes quando adotam os nossos ritos, que são estes. [...] Sabes? A sede de sangue é tão grande que, não podendo saciá-la nos anfiteatros, iriam saciá-la nas ruas. Se eu proibisse os espetáculos, voltaríamos talvez às guerras civis e às proscricções. Surgiriam outros céсарes. Devo correr esse risco? (CARVALHO, 1997, p.186)

A reflexão aqui apresentada, segundo a perspectiva do personagem Marco Aurélio Antonino, conhecido historicamente como “o imperador filósofo”, condiz perfeitamente com a concepção elaborada por Marilena Chaui, a partir da tese benjaminiana, em que a autora apresenta a barbárie, sob o ponto de vista histórico, “como avesso necessário da civilização”, e, também, como um produto da própria cultura (CHAUÍ, 2004, p.150).

Mas, se, ironicamente, o “imperador filósofo” tem pleno conhecimento e domínio dessa perversa associação entre violência e civilidade, o narrador Lúcio, a despeito das diversas considerações sobre os elementos bárbaros intrínsecos ao império, apresenta, ainda, uma visada bastante ingênua sobre o assunto. Na seguinte citação, fica evidente a precariedade de suas convicções referentes ao paradigma civilizacional romano, quando, em um diálogo relativo à criação das termas, ele afirma: “As termas são uma aquisição da romanidade. Uma das fronteiras entre nós e a barbárie” (CARVALHO, 1997, p.161).

Distinguimos, então, algumas situações em que os limites e interações estabelecidos entre barbárie e civilização parecem alcançar uma abordagem generalizante referente à própria condição humana. As afinidades estabelecidas entre o tempo de enunciação da obra de Mário de Carvalho, o período aí retratado, II século depois de Cristo, e, ainda, o início do século XX, de onde emerge a tese benjaminiana aqui referida, fazem pensar em uma prevalência atemporal da condição bárbara inserida no âmago de toda civilização. Ressaltamos, entretanto, uma peculiaridade presente ao romance *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*, que diz respeito a sua localização espacial propícia às ambigüidades e questionamentos políticos: Tarcis, uma pequena província da Lusitânia, que, apesar de pertencer ao Império Romano, e viver aparentemente segura dentro deste bloco único e indissolúvel, encontra-se, no entanto, muito afastada geograficamente de seu centro de poder: Roma. Esse distanciamento ocasiona, então, um enfraquecimento das relações entre as duas cidades, ficando Tarcis um tanto deslocada e desprotegida dentro deste imenso Império.

A marginalidade desse espaço ficcional abordado no romance de Mário de Carvalho parece sugerir uma analogia com a própria marginalidade geográfica e cultural de Portugal em relação à Europa. A enorme discrepância civilizacional entre Roma e Tarcis é ressaltada quando uma comitiva desta cidade visita pela primeira vez a urbe, conforme nos relata o narrador:

Todos nos sentíamos esmagados pelo sumpto brilhantíssimo de Roma. (...) E a própria miséria e imundície dos subúrbios plebeus de Roma nos pareciam ter infinita grandeza comparados com a pobreza mesquinha dos nossos bairros de casebres nativos e ilhas atarracadas. (CARVALHO, 1997, p.176)

Essa ambigüidade, entre provincianismo e civilização, exposta através da relação entre a cidade imaginária de Mário de Carvalho e Roma, traduz, sem dúvida, a fluidez e as contradições civilizatórias percebidas, historicamente, no contexto cultural português. Referindo-se à época da experiência colonial portuguesa, Boaventura de Sousa Santos atenta para o fato de Portugal ocupar um lugar ambíguo em relação ao restante da Europa e às suas colônias, pois ao mesmo tempo em que é percebido como país estranho aos padrões culturais

europeus, a nação portuguesa depara-se, também, com os hábitos exóticos dos povos colonizados, divergentes de seus próprios modelos civilizacionais (SANTOS, 1994, p.59).

Na análise que faz sobre Portugal, o sociólogo comenta, ainda, que este país “é considerado (...) exótico, idiossincrático. Desconhecimento e exotismo são, pois, temas recorrentes quando se trata de propor uma apreciação global do país e do seu povo.” (SANTOS, 1994, p.49). De fato, uma questão incomodamente persistente ao longo da história lusitana refere-se ao seu descompasso civilizacional em relação à Europa além-Pirineus.

Distinguimos, assim, em Portugal, um enquadramento privilegiado para se pensar a questão da barbárie, devido a particularidade da condição de país que, ao longo de sua história, se percebe como civilizado, em oposição aos bárbaros invasores e colonizados, ao mesmo tempo em que é considerado exótico e selvagem aos olhos de outros países europeus.

Partindo, então, da complexidade da temática da barbárie no contexto português, destacamos, nesse trabalho, a obra literária, *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*, na qual esse tema é abarcado, através de uma elaboração histórica bastante profícua, em que se evidencia a presença do elemento mouro no passado ibérico, promovendo, ainda, uma relativização da conceituação maniqueísta que considera civilização e barbárie como dois conceitos estanques e opostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In: *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p.222 - 232.

CARVALHO, Mário de. *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*. 5 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

CHAUI, Marilena. Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e Bárbarie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e Bárbarie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1994)

WOLFF, Francis. Quem é o bárbaro? In: NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e Bárbarie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.19 – 43.